



O PLANO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO: reflexões a partir de um olhar acerca da história dos métodos de alfabetização e da concepção de leitura

Mariana Antunes Portis¹

Eixo temático: 1 - Alfabetização e Políticas Públicas

Resumo: A história da alfabetização no Brasil está diretamente ligada à escolha dos métodos de alfabetização, que é uma questão política e gera debates há décadas. A escolha sugerida no PNA é pelo método fônico, mas essa abordagem ignora outras perspectivas e pesquisas sobre o tema. Além disso, a ideia de bom leitor apresentada no PNA é limitada e mecânica, reduzindo a prática da leitura a uma mera decodificação de palavras. Ler é uma atividade complexa que envolve diversos aspectos sociais e contextuais, e a alfabetização deve levar em conta a realidade social e cultural em que o sujeito está inserido.

Palavras-chaves: Alfabetização; métodos, PNA; leitura; contexto social.

Introdução

O Este ensaio investiga o documento Plano Nacional de Alfabetização (PNA), documento oficial que visa estabelecer quais as perspectivas de educação se filiam ao atual governo brasileiro em relação à alfabetização. O PNA foi instituído através do decreto nº 9765, no dia 11 de abril de 2019. Sua intenção primeira é de guiar políticas públicas para alfabetização, delineando as concepções de linguagem e dos sujeitos da linguagem a partir de uma perspectiva específica, da ciência cognitivista.

Tal posição apresentada reduz a linguagem à questão da cognição; busca reduzir o ensino inicial da língua escrita à técnicas da abordagem fônica.

Partindo de uma perspectiva da análise do discurso deste documento, e entendendo que o discurso presente no PNA reflete a visão de mundo, de alfabetização e de educação do grupo político que o produziu, pode-se dizer que os compromissos assumidos por este

¹Mestranda em Educação pela UNIFESP. Contato: mariportis@gmail.com

documento replicam uma ideologia voltada aos interesses de uma classe dominante; que se utiliza da educação das massas para manutenção de um status-quo.

2 Discussão

A história da alfabetização no Brasil relaciona-se diretamente à história dos métodos de alfabetização. A utilização de um método, ou a escolha de uma abordagem específica, é além de uma escolha metodológica; é uma escolha política.

A escolha do método mais adequado e eficiente para se alfabetizar vem sendo uma questão de debates e embates há muitas décadas. O auge do debate acerca desta questão foi entre as décadas de 1950 e 1960 e, ainda naquelas décadas, a temática não era uma novidade no campo educacional. Para Soares (2003:93), a palavra método no campo educacional e do ensino têm um significado restrito; é um modo de proceder, um conjunto de meios para orientar a aprendizagem em direção a um certo fim, como sistema que se deve seguir no ensino de um conteúdo. Essa palavra se coloca, nesse sentido, de acordo com sua origem etimológica de meio (metho) e caminhos (hodos). Deste modo, métodos de alfabetização são as ações e técnicas que visam alcançar determinados objetivos a partir de determinados paradigmas conceituais.

À palavra método, no que tange à alfabetização, têm se atribuído responsabilidades de resolução das problemáticas deste campo; têm se criado uma ideia de possibilidade de erradicação do analfabetismo a partir de um script, uma receita de bolo. À alfabetização, têm se atribuído funções de domínio pela hegemonia da língua e pela formação de uma população crítica ou passiva, de acordo com os interesses de quem se encontra no poder; têm se atribuído uma ideia de evolução econômica e social, partindo da ideia de que um país sem analfabetos é sinônimo de um país evoluído, é um país com justiça social. Ora, um ou outro método sozinho não resolve a questão da erradicação do analfabetismo, assim como a superação do analfabetismo não soluciona a questão da justiça social.

De acordo com Cagliari (2010), no Brasil, a partir da década de 1950 começa a aumentar a preocupação da alfabetização das classes sociais desfavorecidas economicamente, e utilizando cartilhas de alfabetização, é iniciado um esforço para diminuir a quantidade de analfabetos nas classes sociais mais pobres. Àquela época a experiência com a alfabetização popular a partir de cartilhas foi um desastre. Os índices de reprovação e evasão escolar eram altíssimos; a escola não alfabetizava nem 50% de seus alunos na primeira série e apenas 10% dos alunos concluíam o ginásio. Neste cenário, o primeiro a ser denominado culpado pelo fracasso escolar foi o professor; era o professor que não conseguia obter sucesso em alfabetizar por não saber utilizar a cartilha de alfabetização. Elaborou-se

então um manual que servisse de roteiro para que este docente se apropriasse do método da cartilha. Em seguida, a culpa recaiu sobre o aluno, a culpa era do aluno que era carente: de recursos, afeto, cultura, atenção familiar e de estímulos. A solução para tal carência foi a criação dos chamados “exercícios de prontidão” que consistiam numa série de atividades que buscavam trabalhar questões de aspecto visomotor e psicomotor nas crianças; aspectos que têm relação com o processo mas que também não bastam para a alfabetização. Para Cagliariari (2010) este período foi marcado por um grande equívoco e o que ficou explícito neste período foi um preconceito sociocultural e uma estigmatização da pobreza.

Dois dos principais métodos de alfabetização que vêm ao longo dos anos sendo alvo desse embate - metodológicos e políticos - são os métodos sintéticos e analíticos. Enquanto o sintético parte da letra, sílaba e fonema; o analítico partiria dos elementos de significação da língua, da frase completa, do texto, de contos, ainda que de textos não contextualizados (Barbosa, 2008:46). Ambos métodos, ainda que divergentes, configuraram as opções possíveis no uso de cartilhas de alfabetização que se estabeleceram como modos de se alfabetizar no Brasil até a década de 50.

A escolha metodológica sugerida no PNA é pelo método fônico (ou fonético) que se configura dentro do conjunto dos métodos sintéticos, se propondo a alfabetizar a partir da relação entre fonema e grafema (som da fala e escrita). Essa vertente de pensamento sobre como alfabetizar não é novidade, assim como faz parecer o PNA, uma vez que esse método já foi muito utilizado em cartilhas no Brasil.

Uma premissa deste documento, PNA, é de que “os problemas de alfabetização no Brasil são causados pelo construtivismo, pelo letramento e pelo método Paulo Freire” (MORTATTI, 2019, p.27). Esta premissa nada mais é do que uma estratégia de reafirmar a necessidade das escolhas por eles propostas.

O pensamento construtivista, e sua perspectiva de ensino da alfabetização, na contribuições que ele suscitou no ensino da língua escrita e da leitura a partir das contribuições da psicogênese da leitura e da escrita com os pensamentos de Ferreiro e Teberosky (1985), trouxe na década de 1980 uma mudança de paradigma. A difusão dessa teoria enfraqueceu a tendência que predominava entre as décadas de 1950 até meados de 1980, o associacionismo (SOARES,2003). O associacionismo foi um movimento do campo da psicologia, com forte influência no campo educacional, que atribuía à escolha do método um fator determinante na aprendizagem.

Acredito ser importante essa retomada da história sobre as tentativas e abordagens escolhidas para se alfabetizar ao longo das últimas décadas para trazer aqui nesse ensaio a seguinte reflexão: o que está proposto nessa nova documentação proposta pelo MEC é realmente uma nova abordagem? Já não foi superado que a questão do método em

alfabetização não é um fator determinante para o sucesso em alfabetizar?

É preciso pensar inclusive que as evidências científicas questionadas como fundamentais para a alfabetização e propostas no PNA para as políticas de alfabetização já são existentes. Todo um campo de pesquisa sobre as temáticas é ignorado pelo documento (SOARES; CAGLIARI; MORTATTI; MACEDO) além de também ignorar a história desse campo nas suas últimas quatro décadas (MACEDO,2019).

A justificativa construída ao longo do texto dessa diretriz, para escolha do método fônico, é fundamentada na ideia de “evidências científicas”. A concepção de ciência ali apresentada é fundamentada de modo a ocultar outros referenciais de políticas públicas que obtiveram êxito, rompendo com estes referenciais que antecederam o PNA, e concebendo a premissa de ciência cognitivista da leitura como única perspectiva sobre a temática (MORTATTI, 2019).

No PNA, é assumida a ciência cognitiva da leitura como perspectiva. No texto é dito que

[...] a ciência cognitiva da leitura afirma que, ao contrário do que supõem outras teorias, a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural nem espontânea. Não se aprende a ler como se aprende a falar. A leitura e a escrita precisam ser ensinadas de modo explícito e sistemático (PNA,2019, p.20)

Este trecho, retirado do documento em questão, possibilita uma reflexão sobre a reafirmação de uma abordagem de ensino da leitura e da escrita como questão técnica e de treino mecânico. Outro apontamento sobre esse trecho diz respeito ao contraponto colocado entre ciência cognitiva de leitura e “outras teorias”. Ora, nem para negá-las, estas outras teorias são citadas pelo documento, o que é mais um modo de não fazer ciência.

Claro que, esse ato de deslegitimação do que já está posto é uma escolha política; assim como a opção de um método sintético é uma escolha política que vai de encontro com outros retrocessos sociais e educacionais que temos vivido; assim como, inclusive, o léxico de palavras do documento é uma forma de se desvincular das políticas até então instituídas, sendo essa postura um movimento de negação das pesquisas .

Outra escolha de abordagem do PNA, diz respeito ao entendimento do que se configura o conceito de leitura e tratado como habilidade de decodificação de código, como um processo neurológico, interno ao indivíduo; seu ensino, para o PNA, deve ser ensinado de maneira sistemática.

A partir dessa ideia, se formos pensar a partir do trazido por Paulo Freire (1982) sobre a afetiva leitura que ele próprio (re)fez do espaço em que viveu a infância, trazendo a

premissa de que “[...]a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não pode prescindir a continuidade da leitura daquele”, é possível refletirmos acerca de se considerar as vivências trazidas pelo sujeito, que extrapolam a questão do texto, para a partir de então, se alfabetizar; da relação intrínseca entre linguagem e realidade e da necessidade de se compreender o contexto para além da manipulação mecânica de palavras. Ou seja, leitura e escrita não podem ser ensinadas de maneira mecânica - ou sistemática, na palavra escolhida no PNA - se está intrínseca à realidade, é dinâmica e viva.

Uma última reflexão aqui nesse ensaio, que não esgota as inúmeras possibilidades de questionamento do texto em questão, se refere à escolha de delimitação do que é um bom leitor na perspectiva deste documento. Ora, a adjetivação de leitor como bom ou ruim sem um critério claro que o defina nada mais é do que um juízo de valor; estabelecer como bom leitor o que identifica palavras “com precisão, fluência e velocidade” (PNA apud EHRI, 2019, p. 28) é um reducionismo do que é a prática social da escrita. Nesta mesma seção do texto,, é colocado que ao pedagogo cabe atuar na automatização da escrita para alcançar as habilidades de um bom leitor. A escolha da palavra automatização remete, novamente, a uma prática mecânica e descontextualizada de alfabetização.

Frank Smith (1999) aborda a limitação acerca do entendimento de ensino de leitura no campo educacional no qual o desenvolvimento das habilidades leitoras das crianças é geralmente julgado a partir do número de exemplares de literatura infantil que lêem. Para o autor, “nem tudo o que lemos está escrito [...]. O nosso uso da palavra ler se estende até o abstrato e metafórico - Falamos de ler folhas de chá e mãos, rostos, o céu, o mar, o clima e as intenções” (SMITH, 1999, p.106). Ler é uma atividade complexa que envolve muito mais do que a decodificação do código alfabético; envolve muito além da questão neurológica; envolve as multiplicidade de usos da linguagem seja esta oral, escrita, gestual, espacial. A língua é constituída por múltiplos modos, é multimodal (KRESS, 2003). Ler, nesse sentido, está muito mais relacionado ao contexto social do que uma atividade neurológica. Não que não haja questões relacionadas a este processo - não se trata aqui de negar completamente outras perspectivas - mas de demonstrar que em uma atividade complexa se soma elementos distintos; o que contrapõe-se aqui é a ideia de perspectiva única apresentada no PNA.

4 Considerações Finais

Em síntese, qualidade e superação das problemáticas da alfabetização está para além da escolha metodológica; ciência cognitiva da leitura e escolha de métodos não podem ser as únicas perspectivas que fundamentam uma política educacional; leitura, e seu ensino, não pode se reduzir à manipulação mecânica de palavras e à decodificação; alfabetizar não é

sinônimo de solução das problemáticas sociais.

Referências

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. Cortez: São Paulo, 2008.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização sem o ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**, 1982.

KRESS, G. **Literacy in the new media age**. London: Routledge, 2003.

MACEDO, Maria do Socorro Alencar Nunes. **POR UMA ALFABETIZAÇÃO TRANSFORMADORA**. Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf | ISSN: 2446-8584 Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 63-65 | jul./dez. 2019.

MORTATTI, M^a do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização**. Editora Unesp – São Paulo: CONPED, 2000.

_____, Maria do Rosário Longo. **A “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO” (BRASIL, 2019): UMA “GUINADA” (IDEO) METODOLÓGICA PARA TRÁS E PELA DIREITA** Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf | ISSN: 2446-8584 Belo Horizonte, MG | v. 1 | n. 10 (Edição Especial) | p. 26-31 | jul./dez. 2019

PNA: **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019 - BRASIL.

SMITH, Frank. **Leitura significativa**. 3. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização: em busca de um método?** In: Alfabetização e Letramento. Editora Contexto: São Paulo, 2003.

_____, Magda. **Paulo Freire e a alfabetização: Muito além de um Método**.

In: Alfabetização e Letramento. Editora Contexto: São Paulo, 2003. SOBRENOME, Nome.